

* Doutorando da Universidade de Sevilha e membro do grupo de investigação «De la Turdetania a la Bética» (HUM 152) adscrito ao Departamento de Prehistoria y Arqueología da Universidade de Sevilha.
ccvdenoe@hotmail.com

** Doutoranda da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa – UNIARQ.
monicasrolo@gmail.com

O tesouro de Juromenha: breves notas para a história da arqueologia alto-alentejana

Noé Conejo Delgado*
Mónica Rolo**

Resumo A Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Vila Viçosa) integra um tesouro monetário, genericamente apelidado de ‘tesouro de Juromenha’. O contexto de achado e as circunstâncias de incorporação do tesouro naquela coleção museológica são desconhecidos. No presente artigo pretende-se dar a conhecer um conjunto de 20 numismas, datáveis dos séculos III e IV d.C. Procura-se igualmente contextualizar as circunstâncias em que poderá ter ocorrido a descoberta, colocando-se a hipótese desta poder estar associada às recolhas e trabalhos realizados por António Dias de Deus e Abel Viana em Juromenha, em meados das décadas de 40 e 50 do século XX.

Abstract The archaeological collection of Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Vila Viçosa, Évora, Portugal) includes a monetary treasure, called ‘Juromenha’s treasure’. Its archaeological context and the circumstances that explain its acquisition by Fundação da Casa de Bragança are unknown. In the present paper one studies the set of 20 coins, datable from the 3rd and 4th centuries AD. One also intends to explain the probable circumstances of this discovery, relating it with the archaeological works carried out by António Dias de Deus and the archaeologist Abel Viana during the decades of the 1940s and 1950s.

1. Introdução

A povoação de Juromenha [União das freguesias de Alandroal (N. Sra. da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (N. Sra. Loreto), Alandroal, Évora] ocupa uma posição topográfica privilegiada, na margem esquerda da Ribeira de Mures e na margem direita do rio Guadiana ou, mais propriamente, da atual Albufeira do Alqueva. Este enquadramento natural, aliando a abundância de recursos disponíveis à relevância geoestratégica de Juromenha como porto de rio e ponto de controlo da paisagem, terá naturalmente favorecido a instalação de comunidades humanas no local ao longo de uma extensa diacronia, conforme o atestam as inúmeras evidências arqueológicas documentadas. No âmbito do presente artigo, centrar-nos-emos no estudo de um conjunto de 20 moedas romanas, conhecido como “o tesouro de Juromenha” (Nolen, 2004, p. 26) e atualmente constante da Exposição Permanente (sala 12, vitrina 1) do Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa. À exceção de três numismas do conjunto de 20 estudados, todos os restantes evidenciam, pelo estado de conservação e cronologia, terem partilhado o mesmo contexto arqueológico, reforçando assim a ideia de se tratar de um tesouro monetário, ocultado em finais do século III d.C.

2. Sobre o contexto de achado e a incorporação na Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

Desconhece-se ao certo o contexto de achado deste conjunto de peças, bem como as circunstâncias da respectiva incorporação na Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. À data da elaboração do presente artigo, não dispomos de dados publicados ou fontes documentais conhecidas que nos elucidem sobre as condições da descoberta, os seus responsáveis, e o modo de aquisição dos numismas pela Fundação da Casa de Bragança. A própria designação “tesouro de Juromenha” parece ter-se ficado a dever a Jeannette U. S. Nolen (2004, p. 26, 2008–2009, p. 301). Esta colaboradora da Fundação da Casa de Bragança, ao longo de cerca de duas décadas (anos 80 e 90 do



Fig. 1 – Mapa da Península Ibérica com a localização de Juromenha e Vila Viçosa.

século XX), foi responsável pelo tratamento da Coleção de Arqueologia e pela reconversão do antigo Museu de Arqueologia, uma herança da década de 50 e da conceção do arqueólogo Abel Viana (Rolo, 2016). Não obstante, as informações constantes das publicações e inventário elaborados pela investigadora holandesa são omissas quanto às circunstâncias do achado e da incorporação do conjunto de moedas na coleção do museu calipolense.

Apesar da aludida ausência de informação, considera-se que há alguns dados a ter em conta na tentativa de conhecer o ‘percurso’ do conjunto em análise até à respectiva musealização nos inícios dos anos 90 da passada centúria. Assim, atendendo, por um lado, ao histórico conhecido das intervenções arqueológicas efetuadas em Juromenha e, por outro, à história da criação e composição da originalmente designada Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa, coloca-se a hipótese de o dito tesouro poder ser produto das recolhas e trabalhos realizados por António Dias de Deus em Juromenha, em meados dos anos 40 e 50 do século XX. Este funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando foi um dos principais impulsionadores de um vasto conjunto de ‘pesquisas arqueológicas’ levadas a cabo na região alto-alentejana, e em especial no território elvense, entre 1934 e 1955 (Rolo, 2016, 2017). Ao longo de sensivelmente duas décadas, em parceria com A. Luís Agostinho, também ele funcionário da instituição educativa de Vila Fernando, e com o pároco local, Henrique da Silva Louro, ou por iniciativa

individual (entre 1944 e 1949), terá identificado e/ou explorado mais de uma centena de arqueossítios, distribuídos pelo território de 11 concelhos nos atuais distritos de Évora (Évora, Alandroal, Vila Viçosa, Borba e Estremoz) e Portalegre (Elvas, Campo Maior, Avis, Fronteira, Monforte, Arronches). Somente a partir de julho de 1949, A. Dias de Deus passou a contar com a colaboração e orientação científica de Abel Viana (Viana, 04/04/1956, MNA – APMH/5/1/324/5_2/19, 1950, p. 290; Viana & Deus, 1951, p. 89, 1952, p. 185, 1955–1957, p. 145). Esta parceria prolongou-se até 24 de abril de 1955, data do falecimento do preceptor-adjunto da Colónia Correccional, correspondendo assim à derradeira fase das ‘pesquisas’ iniciadas na década de 30 e traduzindo-se num reconhecido esforço por parte de Abel Viana no sentido de organizar e divulgar os dados que vinham sendo recolhidos desde então e, concomitantemente, de legitimar as explorações que continuaram a ser feitas até ao desaparecimento de A. Dias de Deus. Face à relevância, numérica e qualitativa, do espólio resultante destas intervenções, e visto Vila Fernando (o território mais densamente explorado pelos funcionários da Colónia Correccional) ter integrado as propriedades da Casa de Bragança, Abel Viana propôs, a 14 de setembro de 1949, ao então Presidente do Conselho Administrativo da Fundação, António Luís Gomes, a criação de um museu de Arqueologia e a concessão de apoio financeiro e logístico às ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus (Rolo, 2016, p. 91; Viana, 14/09/1949). Deste modo nasceria a Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa, e a Fundação da Casa de Bragança convertia-se na instituição de depósito da parcela maioritária do espólio decorrente das recolhas e trabalhos realizados na região alto-alentejana, entre meados dos anos 30 e 50 do século XX. Em relação às pesquisas efetuadas por A. Dias de Deus em Juromenha, a informação publicada é escassa. Sabe-se que A. Dias de Deus ali terá identificado e explorado um conjunto de, pelo menos, nove enterramentos de cronologia romana, associados (se não na sua totalidade, pelo menos na maioria dos casos) à prática da incineração com deposição secundária em urna (Deus, 04/01/1950, p. 2). De acordo com os dados conhecidos, esta descoberta deverá remontar a finais de 1949 e os traba-

lhos ali desenvolvidos a essa mesma época e/ou aos inícios do ano seguinte, mais propriamente a Janeiro de 1950 (Deus, 04/01/1950; Viana, 29/12/1949, p. 2). Os trabalhos de campo parecem ter ficado a cargo de A. Dias de Deus, não sendo possível confirmar em que medida Abel Viana terá ou não tido colaboração ativa nos mesmos. Na publicação dedicada ao estudo dos *Vidros romanos em Portugal* (Viana, 1960–1961), Abel Viana esclarecia que os materiais genericamente atribuídos a Juromenha correspondiam a espólio recolhido na necrópole romana identificada na Herdade da Cardeira¹ e “na vila (de Juromenha), sítio da Escola” (Viana, 1960–1961, p. 32). Para além desta referência e da alusão a material lítico atribuído a Juromenha, aparentemente resultante das recolhas na anta de Monte Branco (Viana & Deus, 1957, pp. 92–93, Ests. III, IV, n.ºs 37–39, 55), desconhecem-se outras referências, nas publicações da lavra do arqueólogo e do preceptor-adjunto, às pesquisas realizadas naquela localidade alandroalense. O conjunto de enterramentos intervençionados em Juromenha terá sido identificado na área atualmente ocupada pelo edifício da antiga escola primária, construída nos inícios da década de 50 do século passado. Apesar de não dispormos de dados sobre a extensão da área escavada e a extensão total da necrópole identificada, e de atualmente não serem visíveis quaisquer evidências arqueológicas no terreno, assume-se a localização indicada pelos ‘pesquisadores’. Assim, considera-se a possibilidade de o espaço funerário documentado poder estender-se para além da área de construção do edifício escolar propriamente dita, provavelmente para Norte e Este, terrenos que atualmente marginam o troço da estrada de acesso à povoação de Juromenha. Esta hipótese parece ir ao encontro das informações orais² que davam conta do

achado de restos ósseos, cerâmica e vidros descobertos há poucos anos (nos inícios da década de 80, presume-se), aquando da abertura de valas para os alicerces do novo edifício da Junta de Freguesia, a cerca de 20 metros da necrópole atrás referida (necrópole identificada e explorada por A. Dias de Deus) (Processo DGPC/ DRCA 2.01.001, vol. 1, pp. 10–11).

¹ União das freguesias de Alandroal (N. Sra. da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (N. Sra. do Loreto), Alandroal, Évora; CNS 1473.

² Recolhidas em 1988, por ocasião da campanha de trabalhos arqueológicos a cargo da equipa luso-francesa chefiada por Fernando Branco Correia.

Uma vez que as referências conhecidas se revelam bastante explícitas, refuta-se a hipótese de uma eventual correspondência com a necrópole romana identificada, décadas mais tarde, na encosta norte da elevação onde se encontra implantada a fortaleza de Juromenha [CNS 21126 – Juromenha 3, Processo DGPC 7.16.3/ 14.10(1); Calado, 1993, p. 32, n.º 35; Calado & Roque, 2013, p. 42, n.º 36], ainda que o rito e a cronologia do espólio identificado pareçam coincidir com os enterramentos descobertos por ocasião da construção da escola primária.

Em relatório oficial datado de 31 de dezembro de 1953, e destinado a fazer um ponto da situação dos trabalhos que vinham sendo realizados em conjunto com A. Dias de Deus na região alto-alentejana³, o arqueólogo minhoto dava assim conta a A. Augusto Mendes Corrêa:

Ao abrirem os alicerces para o novo edifício das Escolas Primárias de Jerumenha acharam-se várias sepulturas romanas que, segundo nos informaram, continham cerâmica abundante e variada, assim como vasilhas de vidro./ Uma parte dos objectos foi destruída pelos cabouqueiros, e outra parte (?) levada para Lisboa pelo engenheiro que lá foi vistoriar a obra. (Viana, 06/01/1954, p. 4).

Noutra referência, igualmente alusiva ao arqueossítio em questão, informa-se:

Assim aconteceu em Jerumenha que ao ser rasgada a estrada para aquela localidade, nos preveniram dos achados do Padrão e Monte Branco e ao serem abertos os alicerces para a construção de uma escola, nos preveniram igualmente do aparecimento de sepulturas. (Deus, [s.d.], p. 75/ II).

Finalmente, em carta dirigida por Abel Viana a A. Dias de Deus, a 29 de dezembro de 1949, pode ler-se:

P.S. Ouvi há dias uma notícia pela rádio, de sepulturas romanas na estrada para Jerumenha. É coisa com o meu Amigo?/[Oxa]lá não seja. Cá estou à espera das suas relações a respeito das tais sepulturas romanas, e do tal vasilhame. Não mostre as coisas a ninguém (Viana, 29.12.1949, p. 2).

Com base nos dados conhecidos, contabiliza-se um número mínimo de 14 peças identificadas nas sepulturas exploradas em Juromenha (Deus, 4.01.1950). Não se encontram incluídas no total acima contabilizado as tégulas que terão sido encontradas servindo de cobertura a alguns dos enterramentos, e uma moeda — um bronze de Maxêncio (Deus, Louro & Viana, 1955, p. 578, n. 3), igualmente atribuída a Juromenha, mas sem indicações sobre o respectivo contexto de achado e cujo paradeiro atual se desconhece. Desconhece-se igualmente qual a quantidade e tipo de espólio que terá ficado em poder do engenheiro responsável pela construção da escola primária, conforme consta da documentação anteriormente transcrita. Considerando que a documentação a que pudemos ter acesso, por se encontrar notoriamente incompleta, dificilmente deverá corresponder à totalidade dos registos de campo elaborados sobre estas ‘pesquisas’, presume-se que o valor mencionado fique bastante aquém do total de espólio efetivamente identificado⁴. O escasso material que nos foi possível localizar e identificar como sendo proveniente de Juromenha resume-se a um conjunto de sete peças (cerâmicas finas, cerâmica comum, vidro e metal), sem contexto de sepultura atribuído, que integram a Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança⁵. O conjunto em causa remete-nos, *grosso modo*, para um horizonte cronológico comum da segunda metade do século I – inícios do século II d.C. Apesar de algumas das formas documentadas, designadamente a taça de vidro da forma Isings 42-d (Alarcão & Alarcão, 1967, n.º 2, pp. 4, 5, Ests. 1, 12), revelarem diacronias de fabrico e utilização mais abrangentes (Isings, 1957, pp. 58–59) do que o enquadramento cronológico proposto, a presença de um exemplar de *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 15/17 confere à amostra disponível um *t.p.q.* não anterior a inícios/meados do século I d.C. (Morais, 2015, p. 132; Roca, 2005, p. 124), enquanto o exemplar de *terra sigillata* hispânica da forma Drag. 15/17 com marca do oleiro *Valerius Paternus* (Mayet, 1970, p. 21; Saénz & Saénz, 1999, pp. 130–132) ou o unguentário de vidro com paralelos formais aproximados na forma Isings 26-a (Isings, 1957, p. 40) reforçam a ideia de um *t.a.q.* que não se prolonga para além dos inícios do século II d.C.

Das fontes consultadas não consta qualquer

³ Estes trabalhos passaram, desde finais de 1949, a estar sob a alçada do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, de forma a garantir a legalidade da continuação dos mesmos, na sequência dos constrangimentos oficiais impostos pela atuação de Manuel Heleno, então Diretor do Museu Etnológico e Professor Catedrático de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁴ As repetidas comparações, feitas pelo autor citado, entre os materiais descritos e “*outras já encontrados*” no mesmo espaço funerário (Deus, 04/01/1950, pp. 1–2) constituem disso um bom indicador.

⁵ O espólio e a documentação citados ao longo do presente artigo estão a ser alvo de estudo pela coautora, no âmbito do projeto de investigação para doutoramento subordinado ao tema “O mundo funerário romano no Nordeste Alentejano”.

referência ao achado de um tesouro monetário, em eventual contexto funerário ou outro. A incorporação do conjunto de numismas na Coleção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança (em data e em condições conjunturais desconhecidas) afigura-se um dado relevante, sugerindo a possibilidade de se tratar de espólio recolhido, nas décadas de 40–50 do século passado, por A. Dias de Deus e Abel Viana. Todavia (e acutelando a eventual existência de documentação relevante sobre a questão em análise, para além da consultada), causam-nos alguma estranheza que, quer nas publicações e documentação oficial, quer na correspondência trocada entre o arqueólogo e o funcionário da Colónia Correccional, não haja quaisquer referências a este conjunto de moedas. Na verdade, na documentação epistolar analisada, amiúde se constatam os pedidos do arqueólogo para que lhe sejam enviadas, pelo preceptor-adjunto da Colónia Penal, as moedas que iam sendo encontradas nas intervenções em curso, com vista a proceder-se à respectiva identificação e datação (Viana, 19/11/1953, p. 1; Viana, 06/01/1954, p. 2), ainda que em nenhum dos casos se faça referência a Juromenha. Tanto quanto nos é possível inferir dos dados disponíveis, nem sempre os pedidos de Abel Viana terão sido atendidos e o facto de não nos ter sido possível localizar ou identificar quaisquer moedas atribuídas às recolhas realizadas por A. Dias de Deus, e, em particular, nenhum dos numismas que terão sido recolhidos em «necrópoles céltico-romanas») alto-alentejanas, leva-nos a questionar como pôde chegar até aos nossos dias uma amostra tão relevante como o designado ‘tesouro de Juromenha’. Assume-se que as dificuldades na identificação/ localização do espólio numismático resultante das recolhas alto-alentejanas se possam dever, em grande parte, às dificuldades na identificação dos materiais no seio das coleções museológicas, fruto do estado de conservação comprometedor de muitas destas peças e da ausência ou eventual perda de informação associada, ao longo das mais de cinco décadas que decorrem da data da respectiva recolha. Porém, a documentação consultada parece sugerir que nem sempre as moedas recolhidas terão tido como destino prioritário os acervos de instituições museológicas, como se depreende da resposta por parte de uma instituição bancária a A. Dias de Deus,

revelando-se esta interessada em adquirir um triente visigodo acerca do qual fora contactada pelo preceptor-adjunto (Almeida, Basto & Piombino, 28/05/1949). Considerando a hipótese de o tesouro monetário de Juromenha ter sido encontrado no decurso dos trabalhos realizados por A. Dias de Deus, o que naturalmente explicaria a incorporação do conjunto na Coleção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, questionamo-nos se o conjunto que chegou até nós corresponde ao conjunto originalmente encontrado e, portanto, se está completo ou não, e por que razão não foi dado a conhecer pelos ‘pesquisadores’.

3. O conjunto numismático

O tesouro de Juromenha é composto por 20 moedas de diversas cronologias. Numa análise preliminar constatou-se a existência de dois grupos bem diferenciados. Por um lado, 17 antoninianos cunhados durante a metade do século III, e, por outro, três AE2 pertencentes aos últimos momentos do século IV. A ausência de contexto arqueológico não nos impede de tecer observações sobre a composição do conjunto. Neste sentido, o grupo das 17 peças prevalece sobre o segundo, tratando-se as três últimas moedas de um acréscimo posterior. Atendendo à estrutura do primeiro grupo, documentaram-se 12 moedas cunhadas por Galieno, três por Cláudio II, uma de *Divo Claudio* e uma de Quintilo. Todas as peças foram, portanto, emitidas na década de 60 do século III. A peça mais antiga corresponde a dois antoninianos de Galieno cunhados nos primeiros anos do seu reinado, e a mais recente a outro antoniniano emitido em Roma por Quintilo. As peças do século IV correspondem a um AE2 do tipo *Reparatio Reipvb* emitido entre os anos 378–383 por Valentiniano II, e dois AE2 do tipo *Gloria Romanorum* cunhados entre os anos 392–395 pela dinastia teodosiana. Há ainda que assinalar que existiriam mais peças presumivelmente relacionadas com este tesouro monetário. Na consulta do inventário da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, da autoria de J. Nolen, constatou-se a ausência de quatro peças (n.ºs Inventário 3166, 3173, 3175 e 3179). Estas corresponderiam a antoninianos de Galieno que, segundo as descrições constantes do refe-

rido inventário, colocavam dificuldades à sua catalogação. É muito provável que se tenham selecionado as melhores peças para a exposição permanente do Museu de Arqueologia, em detrimento das demais.

3.1. Comentário numismático

Do ponto de vista numismático, o conjunto de antoninianos tem um especial interesse, visto poder corresponder quer a um depósito intencional, quer a uma perda accidental. De facto, e observando outros exemplos lusitanos, este caso corresponde, salvo as devidas diferenças, ao padrão identificado por Ruivo nos tesouros monetários coetâneos ocultados entre os anos 268 e 275 no território da antiga província romana (Ruivo, 2008, pp. 102–102). O mesmo autor estima a dificuldade em avaliar estes conjuntos monetários, sobretudo pela incerteza de se encontrarem ou não totalmente completos, à qual acresce o desconhecimento dos respetivos contextos arqueológicos. No conjunto de Juromenha observam-se estas duas limitações. A ausência de dados sobre a sua descoberta (contexto de achado e eventual contentor) dificulta o nosso estudo, impossibilitando-nos de saber se o grupo dos 17 antoninianos é um tesouro completo ou simplesmente uma seleção das melhores peças de um achado maior, e, neste último caso, qual a quantidade total estimada de peças (dado que, conhecendo-se o eventual contentor utilizado para depósito das moedas e respetivo volume, mais facilmente se poderia inferir).

As 17 peças apresentam um estado de conservação bastante bom, pelo que, em nosso entender, as moedas não terão sofrido uma circulação intensa. Conforme já mencionado, a maior parte delas corresponde a cunhagens do Imperador Galieno. Deste imperador encontram-se presentes as diferentes séries com os tipos mais representativos, à exceção da segunda. Destaca-se, pelo volume e variedade, a sexta série de Roma, emitida entre os anos 267–268. Esta, a mais representada entre os restantes paralelos lusitanos (Ruivo, 2008, p. 103), compreende os exemplos mais significativos do bestiário do imperador: *Dianae cons avg* personifi-

cada em cervas; *lovi cons avg* representado com uma cabra; *Apollini cons avg* com um centauro; e *Neptvno cons avg* com um cavalo do mar.

No que respeita às emissões de Cláudio II, também se documentam tipos frequentes, ambos emitidos em várias séries: *Victoria Avg*, *Annona* e *Aequitas* respectivamente. Surpreende o facto de uma única moeda cunhada a nome de *Divo Claudio* e que, por peso e arte, corresponderá a uma peça de imitação. Encerra o grupo um antoniniano de Quintilo, emitido em 270, com o tipo *Laetitia avg*.

No que se refere à procedência das moedas, 14 foram cunhadas na ceca de Roma, uma de Galieno na ceca de Antioquia, outra de Cláudio II na ceca de *Mediolanum* e a emissão de *Divo Claudio*, da qual não conhecemos a procedência por se tratar de uma imitação. Esta distribuição de cecas é idêntica à observada por Ruivo para os restantes paralelos coetâneos lusitanos, entre os quais a ceca de Roma é a mais representada, seguida pelos dois outros exemplos (Ruivo, 2008, pp. 103, 108).

A presença da imitação de *Divo Claudio* no conjunto de peças em análise não é um dado chamativo, visto o próprio José Ruivo ter constatado nos tesouros lusitanos uma maior representatividade das emissões de Quintilo comparativamente às primeiras (Ruivo, 2008, p. 103). Para o autor, a escassez de peças de imitação justifica-se, em parte, pelo valor intrínseco da moeda, ou seja, procedia-se ao entesouramento de peças com maior percentagem de prata, depreciando as de menor qualidade, como a imitação de *Divo Claudio* que tratamos no presente trabalho. Para além disso, tal escassez prende-se igualmente com o facto de o entesouramento da maior parte dos conjuntos datar do ano 270, tendo as peças de imitação de *Divo Claudio* sido cunhadas posteriormente a esta data (Ruivo, 2008, pp. 114–115). Esta reflexão não deve passar-nos despercebida, uma vez que, atendendo ao bom estado de conservação das peças em análise, é muito provável que estas tenham sido entesouradas a partir de 270, conforme sugerido pelo autor citado para outros exemplos lusitanos.

No que concerne ao possível contexto de achado, realizou-se uma revisão dos tesouros

Fig. 2 – Conjunto de peças estudadas – o designado ‘tesouro de Juromenha’ (Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança).



compilados na tese doutoral de José Ruivo (2008). Tivemos em linha de conta os tesouros que, por cronologia e composição, são mais similares ao tesouro em estudo. A diversidade dos exemplos demonstra-nos que o tesouro de Juromenha, na medida do possível, poderá ter aparecido em qualquer tipo de contexto (rural/urbano, funerário/doméstico) e circunstância (depositado num recipiente/contentor e ocultado com a intenção de ser recuperado, ou

eventualmente perdido). Entre os casos que mais se assemelham, destacamos o tesouro descoberto na *villa* de S. Cucufate (Vidigueira, Beja), composto por 13 peças, de Galieno, Cláudio II e *Divo Claudio* (Ruivo, 2008/2, p. 62); o tesouro da sepultura 36 da necrópole de Caldeira (Grândola, Setúbal), formado por 20 peças emitidas por Cláudio II e imitações de *Divo Claudio* (Ruivo, 2008/2, p. 164); o tesouro descoberto na *villa* de Freiria (São Domingos de Rana,

N.º Inv.	Emissor	Ano	Ceca	Tipo	Peso	Módulo	Eixo	Ref. Bibl.
1.ª série								
3164	Galiano	260–261	Roma	<i>Aequitas</i> Equidade à esq., com cornucópia e balança. Signo numeral não visível.	2,21	21	6	RIC V-I n.º 159 p. 144.
3165	Galiano	260–261	Antioquia	<i>Aequitas</i> . Equidade à esq., com cornucópia e balança.	4,42	22	6	RIC V-I n.º 626 p. 186.
3.ª série								
3168	Galiano	263	Roma	<i>Annona</i> . <i>Annona</i> à esq., com espiga e cornucópia. Um módio junto aos pés.	6,32	23	5	RIC V-I n.º 162 p. 145.
3184	Galiano	263	Roma	<i>Pax Avg.</i> Paz à esq., com cetro e erguendo ramo de oliveira.	4,31	22	10	RIC V-I n.º 256 p. 153.
4.ª série								
3185	Salonina	264–265	Roma	<i>Pudicitia</i> . <i>Pudicia</i> sentada à esq., com cetro e pátera. VI no exergo.	2,82	21	12	RIC V-I n.º 25 p. 194.
5.ª série								
3183	Galiano	266	Roma	<i>Securit perpet.</i> Segurança à esq., com cetro e apoiada em coluna. H no campo direito.	2,81	21	1	RIC V-I n.º 280 p. 155.
3172	Galiano	266	Roma	<i>Fides Militvm.</i> Fé à esq. flanqueada por dois estandartes militares. N no campo direito.	4,47	20	5	RIC V-I n.º 192 p. 147.
6.ª série								
3177	Galiano	267–268	Roma	<i>Dianae cons avg.</i> Cerva à dir. com cabeça à esq. No exergo ε.	4,14	20	6	RIC V-I n.º 176 p. 146.
3176	Galiano	267–268	Roma	<i>Dianae cons avg.</i> Antílope à esq. No exergo Γ.	3,73	19	11	RIC V-I n.º 181 (variante) p. 146.
3180	Galiano	267–268	Roma	<i>Iovi Cons avg.</i> Cabra à dir. No exergo ζ.	2,40	21	2	RIC V-I n.º 207 p. 149.
3182	Galiano	267–268	Roma	<i>Neptuno cons avg.</i> Cavalo do mar à dir. N no exergo.	2,40	21	2	RIC V-I n.º 245 p. 152.
3181	Galiano	267–268	Roma	<i>Apollini cons avg.</i> Centauro caminha à esq., com troféu.	4,57	20	2	RIC V-I n.º 164 p. 147.
2.ª–3.ª emissão								
3169	Cláudio II	268–269	Roma	<i>Victoria avg.</i> Vitória à esq., com coroa e ramo de palmeira.	3,05	20	9	RIC V-I n.º 104 p. 219.
3.ª emissão								
3168	Cláudio II	269	Roma	<i>Annona avg.</i> <i>Annona</i> à esq., com cornucópia e grãos de trigo. Junto aos pés uma proa e no campo direito Δ.	2,29	19	5	RIC V-I n.º 19 p. 213.
3171	Cláudio II	269	Mediolanum	<i>Aequitas avg.</i> Equidade à esq., com cornucópia e balança. S no exergo.	2,83	19	5	RIC V-I n.º 137 p. 222.
3174	Divo Claudio	Post 270	Roma	<i>Consecratia</i> . Águia de frente com cabeça à esq.	2,76	19	6	RIC V-I n.º 266 p. 234.
3171	Quintilo	270	Roma	<i>Laetitia avg.</i> Letícia à esq., com coroa, âncora sobre globo. No exergo XII.	2,31	20	5	RIC V-I n.º 22 p. 241.
3186	Valentiniano II	378–383	Roma	<i>Reparatio Reipvb.</i> Imperador à esq. com vitória na mão, levanta mulher ajoelhada com coroa torreada. No exergo SMRP.	4,98	24	12	RIC IX n.º 43c1 p. 126.
3187	Honório	392–395	Antioquia	<i>Gloria Romanoum.</i> Imperador de frente, com estandarte e globo. No exergo ANTT.	4,62	21	2	RIC IX n.º 68e2 p. 294.
3188	Dinastia Teodosiana	392–395	Não visível.	<i>Gloria Romanoum.</i> Imperador de frente, com estandarte e globo.	3,99	21	7	Não classificada.

Cascais), constituído por 22 peças, entre as quais se documentam exemplares de Galieno, Cláudio II, *Divo Claudio*, Quintilo e Tétrico I (Ruivo, 2008/2, p. 176); e o tesouro encontrado na designada *casa da pátera Emanuel*, na cidade romana de *Conimbriga*, correspondente a um conjunto formado por 29 peças cunhadas por Galieno, Cláudio II e *Divo Claudio* (Ruivo, 2008/2, p. 209).

Em relação às restantes peças, isto é, aos três AE2 das dinastias valentiniana e teodosiana respectivamente, descarta-se a hipótese de que estas tenham formado parte do conjunto entesourado. Em primeiro lugar, pelo hiato cronológico que separa ambas as realidades monetárias, e, em segundo, pelo grau de conservação que apresentam, muito mais desgastado do que o conjunto restante. As colorações observadas nas pátinas dos antoninianos não são as mesmas que se observam nos AE2. Como se pode comprovar, os antoninianos procedem de um local com terras de natureza argilosa e cores claras, enquanto os AE2 não apresentam quaisquer vestígios de sedimento. Este dado é um dos primeiros aspectos que se observa quando se analisa o conjunto de Juromenha, e que também nos terá servido para diferenciar os dois grupos de peças entre o conjunto analisado. No entanto, não é de estranhar o aparecimento destas peças junto ao local de achado dos antoninianos, razão que aliás deverá ter justificado que se tenham exposto de forma conjunta. A presença deste tipo de peças nos campos da antiga Lusitânia é muito frequente, bem como no resto da Hispânia.

3.2. Catálogo

Para evitar alongar demasiado o presente artigo, optou-se por expor o catálogo das peças numa tabela simplificada. Para a descrição das moedas adoptaram-se as referências convencionais em Numismática e o seguinte esquema de apresentação: em primeiro lugar, indica-se o número de inventário da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança correspondente a cada uma das peças estudadas; seguem-se as indicações relativas ao emissor, ano de cunhagem, ceca de emissão, tipo monetário e respectiva descrição, peso (indicado em gramas), módulo (indicado em milímetros), e eixo de cunhagem (no sentido dos ponteiros do relógio); por fim, indica-se a

referência catalográfica, para a qual recorreremos às abreviaturas convencionais, devidamente desdobradas na lista geral de bibliografia citada.

4. Considerações finais

A ausência de informação sobre o designado ‘tesouro de Juromenha’ assume-se, sem dúvida, como uma limitação incontornável para o respetivo estudo. O facto de as publicações da autoria de Abel Viana e A. Dias de Deus serem totalmente omissas em relação a este achado, assim como todas as fontes documentais relativas à atividade arqueológica desenvolvida por esta dupla no território alto-alentejano, não permite imputar-lhes a responsabilidade por esta descoberta e pela respetiva incorporação na Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. Do mesmo modo, a atribuição do conjunto de moedas analisadas a um contexto funerário e, em particular, à necrópole identificada e parcialmente explorada pelo funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando e pelo arqueólogo minhoto, deve ser encarada com as devidas reservas. A verosimilhança desta hipótese esbarra no constatado desfazamento cronológico entre o dito tesouro e o espólio atribuído àquele espaço funerário. Ainda que o desconhecimento do contexto arqueológico e a ausência de notícias relativas ao achado não permitam estabelecer uma visão clara do conjunto, é certo que foi possível identificar um padrão semelhante aos tesouros ocultados no território da Lusitânia durante o século III d.C. Para além disso, a cronologia deste conjunto apresenta-se como um dado adicional que reforça a ideia da continuidade de ocupação em Juromenha durante o Baixo Império (igualmente documentada pelo achado de *terra sigillata* clara nas intervenções arqueológicas realizadas na área da antiga fortaleza, nas décadas de 80 e 90 do século XX – Proc. DGPC/DRCA 2.01.001, vol. 1).

É muito provável que, no futuro, possam aparecer novos dados, actualmente ‘perdidos’ em arquivos ou museus, que permitam contextualizar o ‘tesouro de Juromenha’. Por agora restamos a formulação de hipóteses de trabalho e o imperativo de dar a conhecer um conjunto monetário ‘esquecido’ no panorama numismático peninsular.

Agradecimentos

Devemos um agradecimento especial ao Sr. Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, Dr. Alberto Ramalheira, e à Sra. Diretora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Dra. Maria de Jesus Monge, pela autorização e facilidades concedidas para a realização do presente estudo.

Bibliografia citada

ALARCÃO, Jorge; ALARCÃO, Adília (1967) – Vidros romanos do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *Conimbriga*. 5, pp. 2–31.

ALMEIDA, BASTO & PIOMBINO, 28/05/1949 – Carta [Lisboa] endereçada a A. Dias de Deus [documento dactilografado]. Acervo Documental Museu Regional de Beja, Pasta 97.

CALADO, Manuel (1993) – *Carta arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal.

CALADO, Manuel; ROQUE, Conceição (2013) – *O tempo dos Deuses. Nova carta arqueológica do Alandroal*. [s.l.]: Câmara Municipal do Alandroal, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

CORREIA, Fernando (1988–1997) – Intervenção arqueológica na fortificação de Juromenha – Processo DGPC/DRCA 2.01.001, 4 vols. Acessível na Direção Regional de Cultura do Alentejo, Évora.

DEUS, António Dias de (?), [s.d.] – «Relatório» [documento dactilografado]. Acervo Documental Museu Regional de Beja, Pasta 97.

DEUS, António Dias de (?), 04/01/1950 – «Explorações efectuadas em 4 de Janeiro de 1950» [manuscrito]. Acervo Documental Museu Regional de Beja, Pasta 97.

DEUS, António Dias de; LOURO, Henrique da Silva; VIANA, Abel (1955) – Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). In *III Congreso Nacional de Arqueología, Galicia, 1953 – (Actas)*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos, pp. 568–578.

GONÇALVES, Ana María; LOPES, Virgílio (1995–1996) – Levantamento arqueológico e patrimonial do Alqueva – Processo DGPC 7.16.3/14.10(1), 2 vols. Acessível no Arquivo Arqueológico Nacional – DGPC, Lisboa.

ISINGS, Clasina (1957) – *Roman glass from dated finds*. Groningen; Djakarta: J. B. Wolters.

MAYET, Françoise (1970) – A propôs de deux potiers de Mérida: Valerius Paternus et Lapilius (problèmes de méthode). *Mélanges de la Casa de Velázquez*. 6, pp. 5–41.

MORAIS, Rui (2015) – *La terra sigillata* gálica: un indicador essencial en los registros estratigráficos altoimperiales. In FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel; ZARZALEJOS PRIETO, Mar, eds. – *Manual de cerâmica romana II. Cerâmicas romanas de época altoimperial en Hispania. Importación y producción*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional; Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias de la Comunidad de Madrid, Sección de Arqueología, pp. 79–148.

NOLEN, Jeannette (2004) – *Roteiro do Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.

NOLEN, Jeannette (2008–2009) – O Museu de Arqueologia de Vila Viçosa. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*. 7–8, pp. 297–302.

RIC V-1 = WEBB, Percy Henry (1933) – *The Roman Imperial Coinage, from Valerian to Florian*. London: Spink and Son Ltd.

ROCA ROUMENS, Mercedes (2005) – *Terra sigillata* sudgálica. In ROCA ROUMENS, Mercedes; FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel, eds. – *Introducción al estudio de la cerâmica romana. Una breve guía de referencia*. Málaga: Universidad, pp. 115–138.

ROLO, Mónica (2016) – Abel Viana e Vila Viçosa. In MONGE, Maria de Jesus, ed. – *Actas da Jornada Abel Viana (1896–1964). Paixão pela Arqueologia*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança. pp. 83–110.

ROLO, Mónica (2017) – O contributo dos trabalhos de Abel Viana e António Dias de Deus para o conhecimento do mundo funerário romano no termo sul do Alto Alentejo (Portugal) e o arqueossítio da Chaminé como caso de estudo. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*. 25 [DOI: 10.15581/012.25.006].

RUIVO, José da Silva (2008) – *Circulação monetária na Lusitânia do século III*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14313>

SAÉNZ PRECIADO, María Pilar; SAÉNZ PRECIADO, Carlos (1999) – Estado de la cuestión de los alfares riojanos: la terra sigillata hispánica altoimperial. In ROCA ROUMENS, Mercedes; FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel – *Terra Sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Jáen: Universidad; Málaga: Universidad, pp. 61–136.

VIANA, Abel (1950) – Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 12: 3–4, pp. 289–322.

VIANA, Abel, 04/04/1956 – Relatório de actividades [Beja] endereçado a António Luís Gomes [documento dactilografado], e remetido por este para Manuel Heleno, a 03/05/1956. Acessível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de Manuel Heleno – APMH/5/1/324/5.

VIANA, Abel, 06/01/1954 – Carta [Beja] endereçada a A. Dias de Deus [manuscrito; documento policopiado]. Acervo Documental do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

VIANA, Abel, 14/09/1949 – Carta [Beja] endereçada a António Luís Gomes [documento dactilografado]. Acervo Documental do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Dossier «Museu de Arqueologia – Castelo – Roteiros», Separador «Correspondência».

VIANA, Abel, 19/11/1953 – Carta [Beja] endereçada a A. Dias de Deus [documento dactilografado; policopiado]. Acervo Documental do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

VIANA, Abel, 29/12/1949 – Carta [Beja] endereçada a A. Dias de Deus [documento dactilografado, com anotação manuscrita; policopiado]. Acervo Documental do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1951) – Notas para el estudio de la Edad del Hierro en el concejo de Elvas (Portugal). In *Crónica del VI Congreso Arqueológico del Sudeste, Alcoy 1950*. Zaragoza: Cátedra de Arqueología, Epigrafía y Numismática de la Universidad, pp. 89–104.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1952) – Exploración de algunos dólmenes de la región de Elvas, Portugal. In *Crónica del Congreso Arqueológico Nacional, 2, Madrid, 1951*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos, pp. 185–201.

VIANA Abel; DEUS, António Dias de (1955–1957) – Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Nova Série. 15:3–4, pp. 143–189.

VIANA, Abel; DEUS, António Dias de (1957) – Mais alguns dólmenes da região de Elvas (Portugal). In *Congreso Arqueológico Nacional, 4, Burgos, 1955*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos, pp. 89–100.